



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>**COMUNICADO**e-mail: geral@ans.pt**ANS**

LOGRO, DRAMA, DERIVAS E SOLIDARIEDADE!

N.º: 19/2005

Data: 20 OUT 05

EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR!

É em nome do combate ao défice, sob a égide do PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento, convém não esquecer os nomes, pois indicam os seus propósitos), elaborado pelo ex-ministro das Finanças do XVII Governo da III República, que estamos, toda a Administração Pública, a ser alvo de um ataque vil e infame, impensável em 20 de Fevereiro deste ano, aquando das eleições que lhe deram a maioria absoluta.

De facto, este ataque assentou nos cálculos que o senhor Governador do Banco de Portugal fez acerca do défice real, consignado no Orçamento aprovado no Parlamento em Dezembro último, onde os mais importantes dirigentes do PS eram Deputados e não levantaram dúvidas quanto aos cálculos indicados não corresponderem aos valores reais.

Após o "Golpe de Teatro", com momentos de suspense e outros truques dramáticos, preparado cuidadosamente meses antes das eleições, por todos os fazedores da opinião publicada, e apresentado nas vésperas de um fim de semana prolongado, iniciou-se o ataque, que continua em curso, aos direitos adquiridos de todos os denominados Servidores do Estado.

Pressupostamente tem como objectivos declarados combater o défice e promover a estabilidade económica e o seu crescimento. Importa pois verificar se de facto as medidas em curso tomadas pelo Governo da República correspondem ou não aos objectivos declarados.

Para que tal acontecesse de forma sustentada e com potencialidades de consolidação, para daqui a quatro anos não estarmos numa situação ainda mais negativa da que enfrentamos hoje, esperava-se que estas medidas fossem precedidas de estudos que qualificassem e quantificassem o impacto que irão ter, separadamente e em conjunto, não só no défice mas também na estabilidade e desenvolvimento económicos no curto, no médio e no longo prazo.

Importa também saber se as medidas se inserem num plano estratégico que vise modernizar e dinamizar as estruturas económicas do País, o que até aqui não foi feito com os Biliões de Euros que entraram para esse efeito, vindos primeiro da CEE e depois da UE.

E é aqui que entra o logro. De facto, quando hoje alguns dizem que não é admissível haverem portugueses com "privilégios" acima dos direitos que o comum dos cidadãos têm, nós também dizemos que isso é verdade. No entanto os "privilegiados" não são os militares!

Hoje é importante saber-se quem lucrou com o rio de dinheiro que ao longo de mais de 20 anos entrou no País como fundos estruturais, de coesão e para a formação profissional - no mandato do Prof. Cavaco Silva foram cerca de 1 milhão de contos/dia - se hoje nem temos estrutura económica, nem coesão social e estamos ainda mais afastados dos níveis de desenvolvimento e de bem-estar social dos restantes Países da Europa, hoje alargada: onde está esse dinheiro? Quem lucrou com ele? Provavelmente os mesmos que hoje nos atacam, chamando privilégios àquilo que, afinal, são direitos adquiridos arduamente por gerações sucessivas de Servidores do Estado e de trabalhadores, processo em que os Sargentos de Portugal têm pergaminhos a defender.

Logro também porque, segundo todos os indicadores oficiais, estas medidas, ao destruírem os princípios da certeza e da garantia, pilares que geram a confiança e a estabilidade indispensáveis ao

desenvolvimento de qualquer sociedade civilizada, não só não combaterão o défice, como agravarão o clima de recessão e de retracção da qualidade de vida das famílias, impedindo-as de investirem.

É assim que chegamos ao drama. Os diplomas aprovados em Conselho de Ministros, mesmo aqueles que por pressão das lutas foram alterados várias vezes antes de promulgados, estão redigidos de forma vaga e ambígua, prestando-se a várias interpretações, consoante o ponto de vista do leitor, o que não pode ser entendido como um facto inocente.

Este facto é agravado pelo limite de tempo que o Governo estabeleceu para que quem não queira perder os direitos adquiridos possa optar e, eventualmente, abandonar as fileiras: 31 de Dezembro de 2005, nuns casos, ou, por pressão da nossa luta, 31 de Dezembro de 2006, noutro.

O drama é que os camaradas que o desejem vão ter de optar sem conhecerem o quadro que os espera, não obstante alguns ramos terem produzido interpretações avulso, sem que para tal tenham competência legal ou delegação de poderes. **Quem deverá produzir um Despacho Interpretativo será o senhor Ministro da Defesa Nacional**, entidade que tem competência legal para tanto. E só depois desse passo da mais elementar seriedade estar consumado, é que os camaradas terão dados concretos para poderem optar em consciência.

Mas ainda este sério problema não está resolvido e já nos confrontamos com outro de igual calibre. O volume de militares a desejarem optar pela saída das fileiras já é significativo e preocupante e tenderá a aumentar à medida que a data limite se vai aproximando.

Tal facto, coloca-nos perante uma de duas realidades que não foram acauteladas pelos Chefes de Estado Maior: ou estes permitem a passagem à situação de Reserva de todos os que o desejem, criando-se eventuais situações de ruptura em áreas funcionais pondo em risco a operacionalidade e a própria viabilidade das Forças Armadas, cumprindo-se assim a função daquilo a que temos chamado a sua Comissão Liquidatária; ou, então, os CEM não permitem que os militares optem e abandonem as fileiras, criando-se um clima de mal-estar e de insatisfação, arcando eles próprios com o ónus da culpa, em vez de esta ser imputada ao Governo que provocou todo este drama.

E tudo isto sucede num quadro de ameaças, de tentativas de divisão entre militares, de medidas que, elas sim, colocam em causa a coesão e a disciplina nas FA, numa autêntica deriva autoritária, repressiva e anti-associativa, conduzidas por um Ministro que não tem perfil para o ser, sob a sombra protectora de um Primeiro Ministro que é uma réplica serôdia do sidonismo de má memória.

Hoje como sempre ao longo da nossa história pré-associativa e associativa, os Sargentos de Portugal, lutando, saberão encontrar as formas de atingirem com êxito os objectivos a que se propuseram: salvaguardar a Condição Militar e não permitir a continuação da degradação da qualidade de vida das suas famílias!

Lutando, faremos com que a Razão e a Justiça prevaleçam!

Lisboa, 20 de Outubro de 2005

A Direcção

PORTO DE HONRA DE SOLIDARIEDADE

LISBOA, 25 de Outubro de 2005, pelas 19 horas, no

ESPAÇO DA RIBEIRA

JORNADA DE SOLIDARIEDADE COM OS MILITARES QUE ESTÃO A SER ALVO DE PROCESSOS DEVIDO

À DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR.

DIVULGA, COMPARECE E TRAZ UM AMIGO!